



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 30 DE DEZEMBRO A 3 DE JANEIRO 2014

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

AUXÍLIOS ESTATAIS

[Decreto-Lei n.º 167-B/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Economia

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 287/2007](#), de 17 de agosto, prorrogando o período previsto nos enquadramentos comunitários aplicáveis aos auxílios com finalidade regional, até 30 de Junho de 2014

BOLSA DE TERRAS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2013. D.R. n.º 252, Série I de 2013-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o procedimento de identificação e de disponibilização de prédios do domínio privado do Estado e dos institutos públicos na bolsa de terras a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º da [Lei n.º 62/2012](#), de 10 de Dezembro

CIDADANIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013. D.R. n.º 253, Série I de 2013-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Approva o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017

ENERGIA

[Diretiva n.º 27/2013. D.R. n.º 252, Série II de 2013-12-30](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Entidades habilitadas a integrar a unidade de desvio de comercialização nos termos do Manual de Procedimentos da gestão Global do Sistema

[Declaração de rectificação n.º 1404/2013. D.R. n.º 253, Série II de 2013-12-31](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Rectificação da directiva n.º 22/2013, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 227, de 22 de Novembro de 2013

[Regulamento n.º 489/2013. D.R. n.º 253, Série II de 2013-12-31](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento de Relações Comerciais do sector eléctrico

[Diretiva n.º 1/2014. D.R. n.º 2, Série II de 2014-01-03](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Alteração ao Regulamento Tarifário do Sector Eléctrico

[Diretiva n.º 2/2014. D.R. n.º 2, Série II de 2014-01-03](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO2

FARMÁCIAS

[Decreto-Lei n.º 167-D/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Prorroga o prazo previsto no n.º 3 do artigo 59.º-A do [Decreto-Lei n.º 307/2007](#), de 31 de agosto, para efeitos de adaptação das entidades do sector social que detenham farmácias abertas ao público aos requisitos exigidos às proprietárias das farmácias que se encontrem no mercado

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Consulta pública da OCDE/INFE sobre participação de entidades privadas e de entidades sem fins lucrativos na formação financeira](#) – até 10 de Janeiro

[Sistema bancário português - Desenvolvimentos recentes \(act. 3.º trimestre 2013\)](#)

[Banco de Portugal estabelece regime transitório sobre fundos próprios](#)

Instrução

[32/2013](#) - Solicita a identificação e marcação das situações de reestruturação de créditos por dificuldades financeiras do cliente. Revoga a Instrução n.º 18/2012, publicada no BO n.º 5/2012, de 15-5.

Aviso

[6/2013](#) - Regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 26-7, em matéria de fundos próprios e estabelece medidas destinadas à preservação desses fundos.

Carta-Circular

FISCAL

[Portaria n.º 376/2013. D.R. n.º 252, Série I de 2013-12-30](#)

Ministério das Finanças

Procede à actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2013

[Lei n.º 83-B/2013. D.R. n.º 253, Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Assembleia da República

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014

[Lei n.º 83-C/2013. D.R. n.º 253, Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Assembleia da República

Orçamento do Estado para 2014

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício Circulado N.º: 15223/2013 de 30-12-2013](#)

Actualização da versão consolidada das disposições de aplicação do Código Aduaneiro Comunitário (DACAC) disponibilizada na net

INSPECÇÃO DE VEÍCULOS

[Portaria n.º 378-A/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministérios das Finanças e da Economia

Estabelece o valor das tarifas devidas pela realização das inspecções técnicas periódicas e reinspecções, inspecções para atribuição de matrícula e inspecções extraordinárias de veículos a motor e seus reboques, bem como pela emissão da segunda via da ficha de inspecção e revoga a [Portaria n.º 1036/2009](#), de 11 de Setembro

[Portaria n.º 378-F/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Economia

Primeira alteração à [Portaria n.º 221/2012](#), de 20 de Julho que estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer os centros de inspecção técnica de veículos (CITV), no âmbito da [Lei n.º 11/2011](#), de 26 de Abril

PENAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013. D.R. n.º 253, Série I de 2013-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013. D.R. n.º 253, Série I de 2013-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017

[Despacho n.º 16947/2013. D.R. n.º 253, Série II de 2013-12-31](#)

Ministério da Administração Interna - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Aprovação de alteração aos modelos de autos e termos da notificação para as infracções ao Código da Estrada

PREVIDENCIAL

[Lei n.º 83-A/2013. D.R. n.º 252, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-30](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 4/2007](#), de 16 de Janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social

[Portaria n.º 378-B/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Actualiza as pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2014 e revoga a [Portaria n.º 432-A/2012](#), de 31 de Dezembro

[Decreto-Lei n.º 167-E/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Altera o regime jurídico de protecção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social

[Portaria n.º 378-G/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Define o factor de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice para os anos de 2014 e 2015

PROCESSUAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2013. D.R. n.º 252, Série I de 2013-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina que os sistemas de informação e aplicações para a implementação da Lei de Organização do Sistema Judiciário são sistemas operacionais prioritários

SAÚDE

[Portaria n.º 377-A/2013. D.R. n.º 252, 4.º Suplemento, Série I de 2013-12-30](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde

Primeira alteração à [Portaria n.º 301/2008](#), de 18 de Abril que regula os critérios e condições para a atribuição de incentivos institucionais e financeiros às unidades de saúde familiar (USF) e aos profissionais que as integram, com fundamento em melhorias de produtividade, eficiência, efectividade e qualidade dos cuidados prestados

[Despacho n.º 16933-A/2013. D.R. n.º 252, Suplemento, Série II de 2013-12-30](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Saúde

Determina a adopção das diligências necessárias para que a designação da equipa de projecto para o lançamento de novo procedimento relativo ao Hospital de Lisboa Oriental ocorra até ao dia 31 de Janeiro de 2014

[Despacho n.º 16938/2013. D.R. n.º 253, Série II de 2013-12-31](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Saúde

Fixa os requisitos a observar no estabelecimento das convenções entre o Estado, através do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e as Unidades Privadas de Saúde

[Despacho n.º 9/2014. D.R. n.º 1, Série II de 2014-01-02](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Estabelece disposições relativamente a divulgação da informação constante no microsite de «Monitorização do Serviço Nacional de Saúde»

TRABALHO E EMPREGO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013. D.R. n.º 253, Série I de 2013-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem

[Portaria n.º 378-C/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Procede à actualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a [Portaria n.º 338/2013](#), de 21 de Novembro

[Portaria n.º 378-H/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Terceira alteração à [Portaria n.º 128/2009](#), de 30 de Janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+»

TMT

[Portaria n.º 378-D/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Ministério da Economia

Quinta alteração à [Portaria n.º 1473-B/2008](#), de 17 de Dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da actividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações electrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioeléctrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 31-A/2013/M. D.R. n.º 253, 2.º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2014

[Instrução n.º 4/2013. D.R. n.º 253, Série II de 2013-12-31](#)

Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira

Aplicação à Região Autónoma da Madeira da Instrução n.º 2/2013 - prestação de contas das entidades do sector empresarial do Estado

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.o 1381/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro de 2013, que [cria o Programa «Direitos, Igualdade e Cidadania» para o período de 2014 a 2020](#)

Regulamento (UE) n.o 1382/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro de 2013, que cria o [Programa «Justiça» para o período de 2014 a 2020](#)

Diretiva 2013/55/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE relativa ao [reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento \(UE\) n.o 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno \(«Regulamento IMI»\)](#)

Decisão n.o 1386/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, relativa a um [programa geral de acção da União para 2020 em matéria de ambiente «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta»](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Auxílios Estatais

Regulamento (UE) n.o 1407/2013 da Comissão, de 18 de Dezembro de 2013, relativo à [aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis](#)

Regulamento (UE) n.o 1408/2013 da Comissão, de 18 de Dezembro de 2013, relativo à [aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis no sector agrícola](#)

Financeiro

Regulamento (UE) n.o 1409/2013 do Banco Central Europeu, de 28 de Novembro de 2013, relativo [às estatísticas de pagamentos \(BCE/2013/43\)](#)

Decisão de Execução do Conselho, de 16 de Dezembro de 2013, que dá execução ao Regulamento (UE) n.o 1024/2013 do Conselho, de 15 de Outubro de 2013, que [confere ao Banco Central Europeu atribuições específicas no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito](#)

Regulamento de Execução (UE) n.o 1423/2013 da Comissão, de 20 de Dezembro de 2013, [que estabelece normas técnicas de execução no que respeita à divulgação dos requisitos de fundos próprios das instituições de acordo com o Regulamento \(UE\) n.o 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Livre-trânsito

Regulamento (UE) n.o 1417/2013 do Conselho, de 17 de Dezembro de 2013, [que fixa a forma dos livre-trânsitos emitidos pela União Europeia](#)

Transportes

Decisão de Execução da Comissão, de 23 de Dezembro de 2013, que institui a [Agência de Execução para a Inovação e as Redes](#) e revoga a Decisão 2007/60/CE, com a redacção que lhe foi dada pela Decisão 2008/593/CE

PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

FUNDAÇÃO
PLMJ
Luís Espíndola
Destilhe
Obras da Coleção
da Fundação PLMJ

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 2 DE JANEIRO 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei que estabelece os princípios de acção do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e protecção da arte do cinema e das actividades cinematográficas e audiovisuais.
- Diploma que estabelece disposições tendentes a assegurar as condições de estabilidade tarifária no período inicial de aplicação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Eléctrico Nacional.
- Resolução que autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2014 e nos termos do regime geral de emissão e gestão da dívida pública, pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) E.P.E.

(...)

A RETOMA DE PORTUGAL

O Ministro da Economia, António Pires de Lima, apresentou dia 3 de Janeiro um documento no roteiro para promover o investimento em Portugal que fez no Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha e Rússia, e a que se seguirão outros países.

[A retoma de Portugal](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"
The Lawyer European Awards, 2012



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

